

Do Suez ao Canal do Panamá e além

A influência de Gamal Abdel Nasser na América Latina

From the Suez to the Panama Canal and Beyond

Gamal Abdel Nasser's influence in Latin America

FEDERICO VÉLEZ

College of Sustainability Sciences and Humanities
Zayed University
P.O. Box 144534, Abu Dhabi, United Arab Emirates
Federico.Velez@zu.ac.ae

RESUMO Este artigo explora a influência do líder egípcio Gamal Abdel Nasser na América Latina. Na década de 1950, uma geração de intelectuais e políticos latino-americanos viram, no sucesso do emergente nacionalismo árabe, simbolizado por Nasser, um exemplo a imitar. No Panamá, a nacionalização egípcia do Canal de Suez, em 1956, desencadeou nova onda de demandas contra o controle e a posse do canal interoceânico pelos Estados Unidos. Em toda a região, frente ao aparecimento de regimes reacionários, intelectuais de esquerda enfatizaram a necessidade de um Nasser latino-americano; um caudilho moderno, que emergiria do interior das Forças Armadas imbuído de potente nacionalismo sem concessões e compromisso inegociável com o progresso social.

PALAVRAS-CHAVE Nacionalismo; Panamá; Nasserismo

Recebido 21 de fevereiro de 2014 | Aprovado 30 de setembro de 2014

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000100007>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 55, p. 163-191, jan/abr 2015

ABSTRACT This article explores the influence of the Egyptian leader Gamal Abdel Nasser in Latin America. In the 1950's, a generation of Latin American intellectuals and politicians saw in the success of the emergent Arab Nationalism, epitomized by Nasser, an example to emulate. In Panama, the 1956 Egyptian nationalization of the Suez Canal would trigger a new wave of demands against the control and ownership of the interoceanic canal by the United States. Across the region, confronted with the onset of reactionary regimes, intellectuals from the left would call for the need of a Latin American Nasser; a modern day caudillo, that would come from the Armed Forces donned with the force of an uncompromised nationalism and a unnegotiable commitment to social progress.

KEYWORDS Nationalism; Panama; Nasserism

“-Ainda o problema de Suez -(o médico) disse olhando para as manchetes. O Ocidente está em retirada”¹

Juan Pablo Pérez Alfonzo, um intelectual venezuelano proeminente e membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), lembrava aos latino-americanos a poderosa lição que o líder egípcio Gamal Abdel Nasser dera para a região. O Egito, de acordo com Pérez Alfonzo, manteve-se firme contra a guerra de agressões desencadeada pelo Reino Unido, pela França e por Israel, três meses após Nasser ordenar a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, em julho de 1956. Ao confrontar com sucesso o ataque tripartite em outubro do mesmo ano, o Egito mostrou ao mundo que era possível para os países da periferia do sistema reivindicar para si a propriedade legítima de seus recursos naturais e administrar estes recursos de maneira eficiente. Pérez Alfonzo argumentou que o Egito mostrou ao mundo

1 MÁRQUEZ, 1996, p.80.

que “a solidariedade humana poderia enfrentar injustiças ruidosas” e que as pequenas nações poderiam encontrar a mão de obra qualificada necessária para operar grandes empresas, como a do Canal de Suez. Pérez Alfonzo pediu a seus leitores na América Latina que vissem o Egito como uma nação “bem-sucedida em sua luta pelo desenvolvimento e pela libertação econômica”, uma nação focada em ajudar a si mesma e a outras nações árabes.²

Parecia que o Egito havia sido bem sucedido onde a América Latina fracassara. Menos de quatro anos depois de chegar ao poder, após um golpe de Estado contra o antigo regime, em 1952, Nasser havia transformado seu país. O Egito, aos olhos do mundo, tinha conseguido um verdadeiro lugar nos assuntos internacionais ao construir um nacionalismo assertivo e demonstrar que não estava apenas disposto, mas também era capaz de tomar o controle de seu próprio destino. Em contraste, os temores de uma expansão comunista tinham posto fim às experiências sociais que, por toda a América Latina, buscaram consubstanciar democracia e progresso social e, no mundo dos negócios, a região estava gravitando na órbita dos Estados Unidos. Em 1952, o historiador colombiano Germán Arciniegas denunciou o desdobramento do que ele descreveu como uma “vasta conspiração contra a democracia, a liberdade e o respeito pelos direitos humanos que tem sido posta em funcionamento na América Latina”. As “forças do totalitarismo”, Arciniegas afirmou, estavam em uma “luta de vida ou morte” contra as forças da democracia (Arciniegas, 1953, p. xi).

Confrontados com esta realidade, os latino-americanos tomaram conhecimento dos eventos em todo o Atlântico. Há uma extensa literatura sobre o Egito de Gamal Abdel Nasser, mas poucas informações sobre seu impacto na América Latina, em parte porque a região parecia muito distante, tanto geograficamente quanto politicamente, dos acontecimentos no Oriente Médio. Este artigo explora a influência do nacionalismo egípcio ressurgente na América Latina, particularmente

2 ALFONZO, Juan Pablo Pérez. Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). *Política: Ideas para una América Nueva*, 45, p.8-9, jan. 1966.

no Panamá, e a articulação de alguns setores de esquerda em favor da ideia de um Nasser da América Latina. Alega-se, em primeiro lugar, que os acontecimentos no Egito alavancaram e inspiraram uma nova onda de demandas nacionalistas com vistas à revisão dos tratados que haviam permitido o controle do Canal do Panamá, pelos Estados Unidos, desde 1903. Em segundo lugar, este trabalho apresenta a articulação de esquerda em favor da ideia de que, impedido de se submeter a um processo eleitoral normal, um homem do interior das forças armadas, um caudilho moderno, deveria alcançar aspirações sociais e políticas na região. Este conceito idealizado de Nasser e do “Nasserismo” permaneceria latente nas três décadas seguintes, apenas para ser repensado e redefinido segundo os membros de uma geração que havia sido marcada pelos acontecimentos no Egito.

A AMÉRICA LATINA NA ÉPOCA DE NASSER

A Nova Ordem Mundial na América Latina (1945-1948)

O triunfo dos aliados na Segunda Guerra Mundial representou o triunfo da democracia, não apenas na Europa, mas em todo o mundo.³ Na América Latina, onde os regimes democráticos haviam sido acontecimentos excepcionais, estudantes, intelectuais, líderes sindicais e uma nova geração de políticos exigiram uma transição política em direção à sociedades francas e à sistemas políticos democráticos. Ao fazer suas reivindicações, eles contaram com o apoio irrestrito do governo dos Estados Unidos, que estava comprometido a ser um poder em prol da transição democrática na América Latina (Huntington, 1991, p.18; Bethell, Roxborough, 1992, p.8). Até o final da guerra, já havia um movimento perceptível em direção à democracia em toda a região. Apesar dos setores não democráticos terem permanecido poderosos, eles ficaram de lado sob a pressão crescente por mudanças políticas.

3 Para um estudo abrangente sobre este período, no qual se baseia esta seção, ver: BETHELL, ROXBOROUGH, 1992.

Durante um curto período de tempo, novos governos chegaram ao poder através de eleições gerais que eram, em sua maior parte, abertas e livres da grande corrupção.⁴ A democracia permaneceu em países que possuíam uma tradição democrática antecedente, tais como o Uruguai, o Chile, a Colômbia e a Costa Rica.⁵ Em outros países, no entanto, esses eventos eram, em grande parte, uma experiência nova. No Equador, uma coalizão de forças políticas depôs o ditador Carlos Arroyo del Rio e instalou o regime progressista de José María Velasco Ibarra.⁶ Ao mesmo tempo, o tirano cubano Fulgencio Batista permitiu eleições parcialmente livres. As eleições multipartidárias também foram autorizados no Peru,⁷ enquanto a Venezuela experimentou o primeiro governo democraticamente eleito de sua história, quando o regime progressivo de Rómulo Betancourt chegou ao poder.⁸ Na Guatemala, a ditadura de treze anos do general Jorge Ubico terminou em outubro de 1944, e um novo regime progressista foi eleito com José Arévalo. No Brasil, Getúlio Vargas, que estava no poder desde 1930, permitiu eleições livres pela primeira vez, em dezembro de 1945.⁹ No final da guerra, apenas os regimes menores e mais atrasados da América Central e do Caribe não haviam experimentado mudanças significativas em suas estruturas políticas.¹⁰

Enquanto a América Latina desenvolvia um compromisso mais forte com os sistemas democráticos, os setores progressistas que haviam

4 South America's Rising Cry: 'Democracia'. *New York Times Magazine* (New York), p.13, 13 jan. 1946.

5 Chilean Disavows one Party Regime. *New York Times* (New York), p.47, 3 nov. 1946.

6 Candidate A Red, Ecuadorians Say: Foes Assail former Interior Chief and a Top Presidential Aspirant Free Elections Promised. *New York Times* (New York), p.4, 31 mar. 1956.

7 No Peru, os candidatos líderes prometeram uma "revolução pacífica", e todos se comprometeram dedicar-se ao combate das desigualdades históricas do país. All Parties Vote on Peru President. *New York Times* (New York), p.16, 10 jun. 1945.

8 Betancourt Wins Latin Recognition. *New York Times* (New York), p.8, 26 out. 1945.

9 President Dutra of Brazil. *New York Times* (New York), p.25, 12 dez. 1945.

10 Nicaragua Ruled by One-Man Regime. *New York Times* (New York), p.12, 26 may 1952; Dominicans Thrive at the Cost of Liberty, *New York Times*, p.7, 28 mar. 1953; BETHELL, ROXBOROUGH, 1992, p.5.

realizado a transição possível estavam exigindo e trabalhando pela construção de sociedades mais inclusivas. Em toda a região, novos atores políticos articulavam uma nova gama de demandas sociais para colocar em movimento a transformação de suas sociedades. Como beneficiários da participação soviética na guerra ao lado dos aliados, a maioria dos países permitiu partidos socialistas e comunistas a participar do processo político no momento, embora o apelo popular deles mantivesse-se baixo, talvez o Chile sendo a única exceção.¹¹ Neste ambiente progressista, os Estados Unidos ajudaram a intermediar o estabelecimento das relações diplomáticas entre vários países latino-americanos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).¹²

O início da Guerra-Fria – o colapso da experiência democrática

A aliança entre a União Soviética e os Estados Unidos provou ser de curta duração. Faltando dois anos para o fim da Segunda Guerra Mundial, a suspeita sobre as políticas de cada um dos dois em toda a Europa marcou o início de um conflito que se manteve por quarenta anos, e que logo se estenderia por todo o mundo. A Conferência do Rio, em 1947, elaborou um tratado interamericano de defesa recíproca, que expandiu a definição de segurança para incluir ataques de natureza não-militar e para incluir a proteção dos estados americanos em casos em que “a soberania ou a independência política de qualquer estado americano forem atingidas por uma agressão que não seja ataque armado, ou por

11 Chilean Reds Seek Key Cabinet Posts; Despite Setbacks in “Broken” Strikes, Party is Strong—It Now Condemns the U.S. *New York Times* (New York), p.12, 10 abr. 1946.

12 Latins Urged to Accept Russia; US and Mexico Striving to Persuade 13 Republics to Recognize Ally Formally. *New York Times* (New York), p.14, 25 fev. 1945; Informal good offices of the United States in the establishment of diplomatic representation between the Soviet Union and certain of the American republics. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1945* (Washington, D.C.), vol. IX, p.223-230, 1969; Argentina, Soviet Enter Relations; 28 Year Nonrecognition Ends as Peron Beams. *New York Times*, p.1, 7 jun. 1946; Also, BETHELL, ROXBOROUGH, 1992, p.10-11.

um conflito extracontinental ou intercontinental, ou por qualquer outro fato, ou situação, que possa pôr em perigo a paz da América”.¹³

Setores reacionários da América Latina, anteriormente deslocados por forças sociais progressistas, perceberam estas mudanças, que se iniciavam por todo o Atlântico, e prontamente começaram a manipular a ansiedade por segurança dos Estados Unidos com o intuito de reverter as mudanças sociais e políticas recentes.¹⁴

Setores progressistas da sociedade logo começaram a ser vistos e interpretados pelas forças reacionárias como instrumentos potenciais do comunismo internacional de estilo soviético. As primeiras vítimas dessa reação conservadora foram os sindicatos, seguidos dos partidos comunistas, o que culminou no rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética por vários países latino-americanos.¹⁵

Na década de 1950, os latino-americanos passaram a viver em sociedades menos democráticas e menos inclusivas. Juan Domingo Perón foi deposto na Argentina; e, na Venezuela, um golpe militar, em 1948, contra o presidente Rómulo Gallegos, pôs fim a um dos regimes mais progressistas na região. Gallegos havia se recusado a banir o Partido Comunista da Venezuela (PCV) e seu governo continuava a negar reconhecimento diplomático às ditaduras do Caribe e da América Central, numa tentativa de forçar uma transição democrática na região. Uma coalizão de forças conservadoras, com o apoio dos Estados Unidos, apoiou a ditadura que durou dez anos do general Marcos Pérez Jiménez, após o golpe de estado, em novembro de 1948. A Venezuela, sob Pérez

13 Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance, <http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html> Downloaded from Department of International Law: Organization of American States, Washington D.C., Downloaded 7 October 2014; Art. 6; Text of Marshall and Vanderberg Talks on Rio Treaty. *New York Times* (New York), p.4, 5 set. 1947.

14 Esta análise sobre o colapso da democracia após a Segunda Guerra Mundial se aproxima principalmente das ideias de BETHELL, ROXBOROUGH, 1992, p.16-32.

15 Brazil is on Guard after Ban on Reds: President is Expected to Issue Decree Barring Reorganizing of the Communist Party. *New York Times* (New York), p.6, 9 may 1947; Brazil and the U.S.S.R. *New York Times* (New York), n.d., 22 out. 1947; Chile Seizes Communist Chiefs; Army Controls in Four Provinces. *New York Times* (New York), p.1, 23 out. 1947; BETHELL, ROXBOROUGH, 1992, p.16.

Jiménez, foi descrita pela imprensa americana como “completamente amigável, ela é anticomunista e ela tem a melhor das intenções. O mundo ocidental pode manter seus dedos cruzados e esperar pelo melhor”.¹⁶ Na Guatemala, uma experiência baseada na justiça social, trazida pelo presidente Jacobo Arbenz, terminou com um golpe de estado organizado pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), em 1954. Arbenz havia se atrevido a promulgar uma reforma agrária que ia contra os interesses do maior senhorio do país, a American United Fruit Company.

O nacionalismo panamenho e Nasser

Cinquenta e três anos antes dos acontecimentos em Suez, os Estados Unidos haviam construído um país na terra que havia sido tomada da Colômbia para construir um canal interoceânico, depois do Congresso colombiano ter se recusado a aceitar as condições inicialmente acordadas pelos dois governos. Estruturado como um protetorado americano, o país, ao qual foi dado o mesmo nome que o seu istmo, Panamá, concedeu aos Estados Unidos o direito de construir um canal interoceânico, juntamente com o uso, ocupação e controle de uma zona de cinco milhas de cada lado do canal, também conhecida como a Zona do Canal (Arias, 2000, p.212). As concessões previstas no primeiro tratado diplomático entre a nova república e os Estados Unidos vigorariam de modo perpétuo, com possibilidades de expansão territorial unilateral e aceitação de uma intervenção militar na Zona do Canal e em todo o país, caso fosse necessário, para facilitar a operação ou a defesa do canal.

Ao longo dos anos, o nacionalismo panamenho voltou-se contra a presença e a influência norte-americana sobre sua política local e internacional, seu controle sobre o mercado de trabalho no setor econômico mais importante do país, a expansão da cultura anglo-saxônica na Zona do Canal e seu monopólio sobre o canal e a infraestrutura de negócios

16 ELLNER, 1992, p.167-169; Venezuela's role is Vital to the West, *New York Times* (New York), p.5, 28 abr. 1951.

que apoiava suas atividades. Este descontentamento crescente, que abrangia um amplo setor da sociedade, desde a força de trabalho pobre e não qualificada até a classe média mais abastada, forçou o governo panameño, durante grande parte da década de 1930, a buscar uma renegociação do tratado fundador de 1903, o Tratado Hay-Bunau-Varilla. Esta tentativa culminou no fim nominal do estado protetorado, em 1939, e em concessões menores que não alteraram a natureza das demandas do Panamá contra a presença norte-americana.¹⁷ Apesar das reivindicações nacionalistas terem recuado durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Panamá, como a maioria dos países latino-americanos, deixou de lado as queixas contra os Estados Unidos e apoiou a causa dos Aliados, as exigências de renegociação das condições ressurgiram em 1947. Naquele ano, o ministro das Relações Exteriores do Panamá, Ricardo Alfaro, demitiu-se em protesto contra a consideração por parte de seu governo de uma proposta para estender os alugueis de treze bases militares fora da Zona do Canal. Sob a ameaça de uma greve nacional e a pressão constante de uma multidão do lado de fora que queria linchar qualquer membro que votasse a favor do acordo, a Assembleia Nacional, o órgão legislativo do Panamá, rejeitou a prorrogação dos contratos de arrendamento para as bases americanas fora da Zona do Canal. Nesse contexto, portanto, os Estados Unidos decidiram limitar a defesa do canal exclusivamente para a Zona do Canal. No entanto, as demandas nacionalistas continuaram a crescer ao longo do início dos anos 1950 e a Assembleia Nacional, por unanimidade, pediu ao governo panameño que encorajasse Washington a negociar mais a fundo o Tratado de 1903 (Harding, 1959, p.110).

O desafio de Gamal Abdel Nasser aos remanescentes do colonialismo britânico começou a aparecer como um problema nas negociações entre os Estados Unidos e o Panamá. Já em 1954, uma nova rodada de demandas do Panamá obrigou os Estados Unidos a voltar à mesa de negociações e aceitar um novo cálculo dos royalties e uma melhoria da situação

17 Para um balanço deste crescente nacionalismo e da primeira renegociação do Tratado Hay-Bunau-Varilla de 1903, ver: LANGLEY, 1968, p.220-233.

de trabalho e econômica dos panamenhos que trabalhavam na Zona Americana.

No ano seguinte, quando os Estados Unidos pediram ao governo do Panamá a concessão de dois locais no alto de um morro, situado fora da principal Zona do Canal, para instalar sistemas de radar militares sob a jurisdição dos EUA, o governo do Panamá não só rejeitou o pedido, como também voltou a levantar objeções em relação às condições de trabalho na Zona do Canal e à quantidade de contrabando vindo da Zona do Canal para o Panamá, o que estava tirando do país receitas aduaneiras vitais. O presidente Eisenhower reuniu-se com o presidente, Ricardo Arias, no Panamá, e prometeu-lhe que os Estados Unidos fariam todo o possível para ajudar o seu governo.¹⁸ Pouco depois, o presidente Eisenhower pediu ao seu Secretário de Defesa que conseguisse estabelecer um acordo com o governo panamenho que deixasse os panamenhos satisfeitos porque “a política local pode se alimentar de ressentimentos trazidos por injustiças reais ou imaginárias da população nativa”. Os Estados Unidos deviam tentar encontrar uma solução que deixasse os panamenhos a “meio do caminho”, mas, como o presidente queria deixar claro, “sem incorrer no risco de um controle dividido ou de obscurecer nosso título claro de posse”. Em suma, Eisenhower enfatizou à sua administração que cada concessão deveria ser feita para garantir que “os próximos anos não trouxessem para nós, no Panamá, a situação que a Grã-Bretanha teve de enfrentar em Suez”.¹⁹

Já era tarde demais. A nacionalização da Companhia do Canal de Suez pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser, a 26 de julho de 1956, reacendeu o nacionalismo do Panamá. A decisão de Nasser recrudescer as demandas e as aspirações no istmo. A correspondência diplomática entre o Panamá e os Estados Unidos fornece clara percepção dessa mudança. O Diretor

18 Political and Military Relations of the United States and Panama: Impact of the Suez Canal Crisis, *Foreign Relations of the United States (FRUS)* (Washington D.C.), vol. VII, p.274, 275, 277-280, 1987.

19 Political and Military Relations of the United States and Panama: Impact of the Suez Canal Crisis, *Foreign Relations of the United States (FRUS)* (Washington D.C.), vol. VII, p.281, 1987.

Interino responsável pelos Assuntos da América Central e do Panamá, em um memorando ao Secretário de Estado Adjunto de Assuntos Inter-americanos, explicou a situação aos seus superiores em Washington:

Os panamenhos, incapazes ou indispostos a ver além das analogias superficiais entre as duas situações, não fizeram segredo do fato de que eles seguem com grande interesse o desenvolvimento do Suez. O Governo do Panamá espera, sem dúvida, pelo dia em que ele será capaz, de uma forma ou outra, de emular a ação recente ocorrida no Egito. Há uma conversa tranquila, de vez em quando, mesmo nos círculos responsáveis do Panamá, de uma eventual nacionalização ou internacionalização do Canal do Panamá. Nos últimos meses, um ex-ministro das Relações Exteriores, que sempre mostrou ser amigável aos Estados Unidos, comentou com nosso embaixador que “Agora o Egito tem seu canal e nós vamos um dia ter o nosso”.²⁰

Na Cidade do Panamá, as insinuações panamenhas de apoio às políticas do Egito passaram de privadas para públicas.²¹ Os Estados Unidos queriam deixar claro para os panamenhos que, imitar Nasser, mesmo que apenas no nível do discurso nacionalista, traria consequências para o país. Em 9 de agosto de 1956, o embaixador dos Estados Unidos no Panamá, Julian Harriman, e o Secretário Adjunto de Estado, Henry Holland, se reuniram com o presidente Arias, o Ministro das Relações Exteriores do Panamá e o presidente do Conselho Panamenho de Relações Exteriores, na Cidade do Panamá. Holland, inequivocamente, alertou o presidente Arias sobre o interesse do Panamá em Nasser e as consequências que isso teria para a posição do Panamá nos assuntos mundiais. Em termos inequívocos, Holland disse a sua audiência:

20 Political and Military Relations of the United States and Panama: Impact of the Suez Canal Crisis, *Foreign Relations of the United States (FRUS)* (Washington D.C.), vol. VII, p.284-285, 1987.

21 Continued U.S. Consideration of the Suez Situation; United States Diplomatic Activity Prior to the Suez Canal Conference, August 3-15. *Foreign Relations of the United States (FRUS)* (Washington D.C.), vol. XVI, p.163, 1990; A Questão de Suez. *O Estado de São Paulo* (São Paulo), p.1, 19 set. 1956.

Eu tenho, em meu pensamento, tentado me colocar no lugar de um panamenho e determinar qual seria o melhor caminho para o meu país. Isso, é claro, dependeria de qual seria meu objetivo em relação ao Canal do Panamá. Eu sabia que alguns panamenhos favoreciam a eventual nacionalização ou internacionalização do Canal. Se eu pertencesse a este grupo, eu veria dois possíveis cursos. O primeiro seria o de tentar intervir no problema Suez, para identificar o Panamá com o Egito e estabelecer analogias entre os dois canais. O segundo curso seria evitar qualquer participação no problema do Suez e aguardar um momento mais favorável para perseguir o meu objetivo. Destes dois cursos, o segundo me pareceu o melhor. No primeiro, seria necessário o sacrifício imediato de alguns bens de curto prazo extremamente valiosos do Panamá. Estes são a presente boa vontade do povo e do Governo dos Estados Unidos e a intenção da administração de instar ação favorável, sobre o próximo Congresso, acerca da legislação que apropria fundos para a construção da ponte sobre o Canal, da que legisla sobre as taxas de remuneração iguais na Zona e da que transfere para o Panamá certas terras e outros bens no escopo da recente alteração do Tratado. Da mesma forma, no primeiro curso, seria necessário que o Panamá se identificasse com o inimigo dos Estados Unidos e do Panamá, uma vez que é provável que a Rússia Soviética irá se alinhar ao Egito.²²

Os Estados Unidos queriam inflacionar os riscos, quando advertiam o Panamá sobre as consequências dessa abertura para o Egito. Este interesse pelos acontecimentos no Egito havia levado o Panamá a uma encruzilhada política. De acordo com Washington, era hora do Panamá tomar uma decisão. O embaixador foi claro, o Panamá precisava decidir entre continuar sua aliança com os Estados Unidos ou seguir o caminho egípcio-soviético. Se ele decidisse seguir as políticas

22 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.292, 1987; Alemán; Roberto. La presencia militar de Estados Unidos. *Enfoques*, Panamá Universidad de Panamá, Facultad de Administración Pública, n. 3, p. 89-93, 1999.

pró-soviéticas egípcias, “a presente relação peculiar entre o Panamá e os Estados Unidos iria, é claro, chegar ao fim”.²³ Holland colocou a culpa nos “comunistas locais, no setor local que favorece a nacionalização do Canal do Panamá e na oposição local ao Governo existente” e os acusou de pressionar o presidente a seguir o exemplo egípcio. “Expressar algum interesse pela situação no Egito”, continuou o embaixador, “pode não ter sido uma decisão ruim afinal, mas estava na hora de fechar e arquivar este episódio”. De acordo com o embaixador, agora era o momento do Panamá “desistir de futuras declarações sobre o assunto; caso contrário, poderia encontrar-se involuntariamente envolvido num problema que só pode prejudicar os interesses panamenhos.”²⁴

A comunicação diplomática entre o Egito e Panamá também teve de ser desencorajada. Quando o Ministro das Relações Exteriores Interino, Molino, informou a Holland que o governo panamenho havia instruído seu embaixador em Roma a viajar ao Egito para aprender sobre a situação do Suez, Holland disse: “... que este pode vir a ser um erro e que poderia ser melhor para ele aconselhar seu embaixador a ficar longe do Cairo. Isso evitaria a possibilidade do Egito atrair, de alguma forma, o Panamá nessa disputa”.²⁵ Se os panamenhos pareciam atentos a suas admoestações e “desinteressados” em relação a esse conselho durante sua reunião com o Secretário Adjunto, este não foi o caso na prática; o governo apoiou o Egito e convidou-o a enviar uma delegação para a inauguração do novo presidente panamenho no dia primeiro de outubro de 1956.

23 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.294, 1987.

24 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.294, 1987.

25 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.295, 1987.

Eisenhower, entretanto, estava perdendo a paciência com os panamenhos e sua paixão pelo Egito. Uma trama diplomática foi idealizada para “trazer a sua consciência de volta aos panamenhos”. O Departamento de Estado começou a circular a ideia de entrar em contato com o governo da Nicarágua para explorar a construção de um novo canal interoceânico no país. O medo panamenho em relação aos Estados Unidos construírem um novo canal iria

desencorajar possíveis ações por parte do Panamá, inspirados pelo desenvolvimento do Suez, para desafiar nossos direitos do Tratado na Zona do Canal, (e) também trazer uma atitude mais razoável por parte do Panamá sobre os problemas da Zona do Canal. A sua eficácia dependeria do grau com que poderíamos impressionar os panamenhos de que estamos falando sério.²⁶

Se os americanos tivessem que sair, um Eisenhower impaciente prometeu, que “levaríamos as fechaduras com a gente”.²⁷ Demandas nacionalistas foram articuladas pelo governo panamenho devido a seus próprios interesses em relação aos acontecimentos no Egito, e também devido à pressão de diferentes setores da sociedade que estavam acompanhando os acontecimentos no Oriente Médio. Os acontecimentos no Suez haviam despertado diferentes setores da sociedade para a realidade do Oriente Médio, em geral, e do Egito, em particular. Uma pesquisa realizada pela Universidade de Michigan, entre estudantes de Direito na Cidade do Panamá, descobriu que uma esmagadora maioria pensava que a nacionalização do Canal de Suez “era uma ótima coisa” e que o Egito de Nasser era um modelo estrangeiro primário para o Panamá (Goldrich, 1962, p 0,16-21). Em apoio a Nasser, em setembro

26 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.305-306, 1987.

27 Political and Military relations of the United States and Panama; Impact of the Suez Canal Crisis. *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, editorial note, p.291, 1987.

de 1956, estudantes universitários na Cidade do Panamá reivindicaram uma Assembleia Geral. Eles exigiam que o governo panamenho abolisse o Tratado de 1903 e desse o seu total apoio à causa no Egito. Nasser, de acordo com os estudantes panamenhos, agiu dentro “do exercício legítimo dos seus direitos soberanos” (Harding, 1959, p.125). No final dos anos 1950, grupos organizados de estudantes iniciaram uma série de protestos pacíficos contra a presença americana na Zona do Canal. No dia 2 de maio de 1958, os estudantes universitários entraram na Zona fincando setenta e cinco bandeiras panamenhas, demandando uma renegociação de todos os acordos bilaterais. No ano seguinte, no dia 3 de novembro de 1959, dois membros da Assembleia Nacional lideraram um grupo de panamenhos em um comício “pela soberania” para exigir a presença da bandeira panamenha na Zona, que terminou com brigas entre as forças americanas e panamenhas e a expulsão dos alunos da Zona do Canal.²⁸

Os panamenhos passaram a se interessar em saber mais sobre a situação no Egito e seus paralelos com a sua própria situação. Em 1960, a Universidade do Panamá organizou a primeira conferência internacional sobre canais interoceânicos, na Cidade do Panamá. A conferência reuniu estudiosos de outros países da América Central e do México e serviu como fórum para os primeiros estudos jurídicos e políticos comparativos entre o Egito e o Panamá. Houve um interesse geral no estudo de ambos os regimes jurídicos impostos pelos donos dos canais e das aspirações nacionais de ambos os países. Entre aqueles que estudavam as demandas nacionalistas do Panamá, a partir de uma perspectiva comparativa, estava o jurista panamenho, Professor Eloy Benedetti, que forneceu o primeiro estudo acadêmico do quadro jurídico regente nos dois cursos de água, baseado numa missão de averiguação que empreendeu no Egito. Comparando os dois países, em termos de seus direitos

28 ABRAHAMS, Enrique Gerardo. Nuestras relaciones con los Estados Unidos. *Anuario de Derecho*, Universidad de Panamá, Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, n. 5, año 5, p.233-237, 1961-1962; Also: Proyecto Nuevo 87, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjcJrvLo_ME; Acesso em 7 out. 2014.

nacionais sobre a Zona do Canal, Benedetti descobriu que o Panamá estava em uma situação mais precária do que o Egito antes da nacionalização de Nasser. Ele lamentou a invasão dos Estados Unidos no que dizia respeito aos direitos soberanos do Panamá sobre o Canal ao conceder representações consulares aos outros países, manter um monopólio sobre o sistema de pedágio, utilizar a zona como a maior base militar do exército americano ao sul dos Estados Unidos e ser o lugar que outras agências americanas usavam para estender o controle de Washington sobre o resto do continente. Benedetti lamentou as ineficiências administrativas causadas pelo controle dos Estados Unidos sobre todas as funções na Zona e argumentou que os egípcios eram muito mais eficientes na administração de seu canal do que os americanos eram na do Canal do Panamá (Benedetti, 1965, p.60-69). O Egito, Benedetti incitou, era o único país que poderia servir como um referencial para as circunstâncias únicas do Panamá. Havia muito a coordenar entre os dois governos no futuro, então ele aconselhou o governo do Panamá a “manter relações estreitas e cordiais com o governo do Cairo” (Benedetti, 1965, p.103).²⁹

As demandas panamenhas continuaram inabaláveis ao longo dos anos 1960, inspiradas pelo exemplo do Egito e pela emergência bem-sucedida da primeira revolução nacionalista em Cuba, em 1959.³⁰ As demandas irromperam novamente no dia 9 de janeiro de 1964, quando um grupo de estudantes panamenhos exigiu que a bandeira de seu país fosse levantada em uma das escolas secundárias da Zona do Canal, em resposta à recusa dos estudantes americanos de aceitarem um acordo prévio permitindo a bandeira panamenha em seu campus, ao lado da bandeira dos EUA. Os estudantes americanos cercaram os estudantes panamenhos cantando o hino americano e rasgando a bandeira panamenha. A reação foi uma revolta geral contra a presença americana na

29 Para outro valioso estudo comparativo, ver o trabalho do intelectual constarriquenho SAENZ, 1957, p.13-16.

30 Panama - Storm Center of Hemisphere Frictions; Crisis Reflects Bitter History Outbreaks Stir Deep Concern. *New York Times* (New York), section E, p.4, 12 jan. 1964.

Zona do Canal, que resultou na destruição de propriedade americana e em vinte mortes humanas, eventos que levaram o presidente Roberto Chiari a romper relações diplomáticas com os Estados Unidos, até que Washington aceitasse a revisão integral dos tratados que legislavam sobre a presença dos EUA no istmo.³¹

Os dois países retomaram as relações diplomáticas no final do ano e os Estados Unidos permitiu que os panamenhos levantassem sua bandeira ao lado da bandeira americana na Zona do Canal. Os acontecimentos de 1964 acabaram levando a um tratado abrangente na década seguinte, entre os Estados Unidos e o Panamá. Em 1968, o general Omar Torrijos levou as Forças Armadas ao poder e instalou um regime populista chamado por amigos e inimigos de um regime “Nasserista”, tanto por suas origens militares, quanto por seu compromisso com a neutralidade e com o progresso social (Wiarda, 1972, p. 472). Torrijos negociou com sucesso um acordo final com os Estados Unidos, assinado em 1977, que revogou o Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 1903, que devolveu a soberania e, em última análise, o controle total do canal e da Zona do Canal ao Panamá. No entanto, após a derrota de seu regime nas mãos de Israel em 1967, Nasser dificilmente seria um modelo de sucesso que os novos líderes da região aspiravam imitar. Quando perguntado por um jornalista sobre Nasser como um modelo para o seu país, Torrijos respondeu: “O que Nasser fez?”³²

“Nasserismo Militar”: clamando por um Nasser latino americano

O nacionalismo egípcio também ecoou em outros países latino-americanos além do Panamá, embora os governos estivessem mais cautelosos em suas posições oficiais, favorecendo a mediação da Organização das

31 ROYO SÁNCHEZ, 1979, p.39; and Gunfire Flares; Relations Severed Till Pacts Are Altered, Chiari Asserts Panama Moves to Scrap Canal Treaties. Embassy Evacuated; 20 Die in Riots Oder Restored But Zone is Tense Troops Bar New Clashes --- Panama Officials Bitter Over Army Firing. *New York Times* (New York), p.1, 11 jan. 1964.

32 TACK, 1999, p.712; Progress in Panama. *The News and Courier*, p.4, 21 oct. 1969.

Nações Unidas (ONU). No entanto, a nacionalização do Canal de Suez e a resposta do Egito à invasão francesa, britânica e israelense, de 29 de outubro de 1956, foram amplamente apoiadas por diferentes setores, especialmente pelos países com população árabe considerável.

Na noite da invasão tripartite do Egito, a imprensa local argentina informou que, enquanto a notícia do ataque militar chegava a Buenos Aires, defensores se reuniam em frente à embaixada egípcia e apresentavam ao embaixador uma nota de apoio assinada por uma comissão ad hoc criada para angariar apoio nacional para a causa do Egito: a Comissão de Solidariedade ao Egito. Os defensores do Egito gritavam lemas de ordem em apoio a Nasser e contra Israel, a França e a Grã-Bretanha. Em algum momento, a polícia teve de intervir para restaurar a ordem, mas os manifestantes desobedeceram às ordens da polícia, o que exigiu que ela enviasse reforços. Sem conseguir dispersar a multidão, a polícia usou gás lacrimogêneo num esforço para acabar com a manifestação e cercou a embaixada egípcia. Com o acesso à embaixada bloqueado, os manifestantes foram para a embaixada da Síria, onde também foram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo e forçados a se dispersar.³³ Como a notícia dos protestos se espalhou pela cidade, um novo grupo de manifestantes se reuniu nas ruas que ligavam as embaixadas. Eles cantavam slogans pró-Egito e foram dispersados pela polícia, que esteve prestes a enfrentar um novo grupo de trezentas pessoas na Calle Corrientes. Estes e outros grupos começaram a cantar “A Argentina com o Egito” e “Morte a Israel”. Um terceiro grupo de aproximadamente cem pessoas formou-se na Rua Corrientes, após os dois grupos anteriores terem sido dissolvidos. A maioria, principalmente os argentinos de descendência árabe e vários sírios, acabaram na prisão naquela noite, acusados de comportamento desordeiro.³⁴

33 Los Diplomáticos Argentinos saldrán de El Cairo y Budapest. *La Prensa* (Buenos Aires), p.4, 3 nov. 1956.

34 Los Diplomáticos Argentinos saldrán de El Cairo y Budapest. *La Prensa* (Buenos Aires), p.4, 3 nov. 1956.

No Rio de Janeiro, Brasil, manifestantes se reuniram em torno da embaixada egípcia e mais de uma dúzia de estudantes de direito declararam sua vontade de ir ao Egito para lutar no exército egípcio.³⁵ Em meados de novembro, estudantes de diferentes escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro organizaram protestos contra a invasão do Egito. O comunicado de um estudante rejeitava o ataque tripartite sobre a pequena nação e ridicularizava as ações “inúteis” contra “todos aqueles que estão lutando, como o povo brasileiro está, para a consolidação da soberania nacional e a independência política e econômica de qualquer poder do mundo sobre seu país”.³⁶ Os estudantes brasileiros reunidos na embaixada egípcia também pediram ao presidente Juscelino Kubitschek para se opor às ações hostis contra o Egito na Organização das Nações Unidas e em todos os outros canais diplomáticos disponíveis.³⁷

A esquerda viu uma oportunidade de trazer o Egito de Nasser à política nacional quando, no dia 8 de novembro de 1956, o governo de Kubitschek pediu ao Congresso Brasileiro a aprovação para enviar militares, como parte de uma Força de Emergência criada pela Assembleia Geral da ONU, para garantir a separação das forças e o fim das hostilidades. Durante toda a crise, o Brasil decidiu permanecer neutro, enquanto tentava ativamente encontrar uma solução para a crise por meio das ONU. Macedo Soares, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, anunciou que o país acreditava que “o Canal de Suez pertence ao Egito, mas seu uso constitui um serviço internacional”³⁸ e os problemas relacionados a ele devem ser discutidos e resolvidos no âmbito da Organização das Nações Unidas.³⁹ No entanto, a esquerda queria gravar o seu apoio a Nasser. Durante o debate, o senador Kerginaldo Cavalti, líder do

35 Uma Ficção Criada Pelo Imperialismo e Inimizade entre Israel e o Egito. *Imprensa Popular* (Rio de Janeiro), p.1-2, 1 nov. 1956.

36 Contrários a Agressão que atingiu o Egito. *Imprensa Popular* (Rio de Janeiro), p.4, 2 nov. 1956.

37 Contrários a Agressão que atingiu o Egito. *Imprensa Popular* (Rio de Janeiro), p.4, 2 nov. 1956.

38 A Posição do Itamarati na crise de Suez. *O Estado de São Paulo* (São Paulo), p.1, 20 set. 1956.

39 Argentina also decided not to take an official position and work through a UN solution. See: Posición de la América Latina ante la Grave Crisis en el Cercano Oriente. *La Prensa* (Buenos Aires), p.3, 8 nov. 1956.

Partido Socialista Popular (PSP), defendeu o Egito e seu nacionalismo intransigente. Cavalti alertou os outros membros que o Brasil poderia, algum dia, enfrentar a mesma situação que o Egito. O senador alertou que a invasão do Egito poderia ser a primeira de uma série de ataques contra os interesses nacionais de outros países, tais quais o Brasil. De acordo com Cavalti:

Enquanto eles intervêm hoje no Egito, a fim de tomar o Canal de Suez, amanhã a Inglaterra ou os Estados Unidos poderiam intervir no Brasil, a fim de garantir seus interesses. Eles podem querer subordinar nossos interesses na nossa indústria nacional de petróleo, a “Petrobras” (Empresa Brasileira de Petróleo), somente por capricho.⁴⁰

Os árabe-brasileiros elogiaram a decisão do Brasil de enviar tropas para o Egito, sinalizando a sua entrada no palco internacional, como “um líder contra a tirania.” Eles afirmaram que sua postura teria o apoio “(d)as nações das Américas, (d)os países árabes e (d)aqueles que amam a paz”.⁴¹ Logo, o apoio às políticas de Nasser evoluíram para um apelo geral pela emergência de um líder nacionalista dentro das forças armadas da América Latina, de modo a seguir os passos do Egito e levar seu país a uma independência política e econômica significativa em relação aos interesses estrangeiros, ao mesmo tempo que lançaria sua nação no caminho do desenvolvimento econômico sólido e do progresso social.

A esquerda não estava sozinha em suas tentativas de influenciar a imagem que se construía de Nasser na América Latina e enfrentou concorrência oposta, vinda de outros lados. Paralelo às manifestações de apoio ao Egito, as comunidades judaicas da América Latina começaram a se organizar para apoiar Israel contra a influência crescente de Nasser. Jornais judaicos em português e em espanhol constantemente criticavam Nasser e faziam lobby da solidariedade de seus próprios governos

40 Protesto no Senado Contra a Brutal Agressão ao Egito. *Imprensa Popular* (Rio de Janeiro), p.2, 7 nov. 1956.

41 MOSSADEQUE, K.. Caravana. *Imprensa Popular* (Rio de Janeiro), p.3, 11 nov. 1956.

latinos com Israel. No Chile, na Argentina e no Brasil, os três países latino-americanos com as maiores comunidades judaicas, houve uma campanha organizada para influenciar a opinião pública contra o líder egípcio. As páginas editoriais do jornal judeu, *Mundo Judío*, analisou os esforços da comunidade judaica no Chile para apoiar Israel e concluiu que, embora no “início do conflito entre Israel e Egito, a opinião pública chilena parecia ficar do lado dos egípcios”, o trabalho feito por sua comunidade entre os políticos na Câmara dos Deputados, nas conferências de imprensa e em apresentações para o público, haviam surtido efeito; e agora “a opinião pública voltou-se para apoiar a verdade”.⁴²

Eles apresentaram Nasser, não como apenas uma ameaça à existência de Israel, mas como uma eventual ameaça à cultura latino-americana em geral. “Eu não entendo como escritores e jornalistas nas Américas são a favor dos avanços de Nasser na região”, escreveu um editorialista no *Mundo Judío*, e continuou argumentando que,

Nasser não está lutando contra o imperialismo, ele sonha em ter a hegemonia total sobre o Mediterrâneo. Isso não é outra coisa senão as velhas ambições sarracenas, que nossos antepassados culturais lutaram contra durante séculos. Uma confederação árabe bem armada, que está em sua essência, vai ameaçar a Grécia, a Itália, a França e a Espanha, todos países dos mares latinos. Os árabes, em vez de seguir em frente, foram se movendo para trás e estão à beira de ser um povo semibárbaro, a ponto de que, hoje em dia, eles não podem demonstrar nenhum grande avanço cultural. A maneira que Nasser age é uma manifestação clara de seu estado rudimentar. Um império é sempre uma coisa indesejável, mas um império sem cultura é uma dupla desgraça.⁴³

A comunidade judaica do Rio de Janeiro também se mobilizou em apoio de Israel e contra Nasser. Em 13 de dezembro de 1956, mais de mil

42 Esclarecimiento. *Mundo Judío* (Santiago), p.3, 29 nov. 1956.

43 ALEGRIA, Ciro. Los Sueños de Gamal A. Nasser y nosotros los Lationamericanos. *Mundo Judío* (Santiago), p.4, 5 set. 1956.

e quinhentas pessoas participaram de uma manifestação organizada pela Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro, no Teatro Carlos Gomes. Membros importantes da classe política foram convidados ao teatro para apoiar Israel e rejeitar Nasser.⁴⁴ O jornal judaico, *Jornal Israelita*, justificou a invasão israelense do Suez⁴⁵ e alertou seus leitores de que Nasser era mais um líder totalitário, construindo um sistema político “sem uma orientação política clara, mas com um anti-ocidentalismo, antiisraelismo, e militarismo baratos e uma ideia vazia de grandeza”.⁴⁶ Se Nasser fosse deixado sem controle, eles argumentaram, o mundo testemunharia uma reprise dos acontecimentos de Munique, em 1938, quando as potências europeias foram incapazes ou estavam indispostas a enfrentar a oposição de Hitler ao sistema internacional. Em outro editorial, o jornal concluiu que Israel estava envolvido em sua legítima defesa e que a França e a Inglaterra estavam apenas defendendo o direito internacional.⁴⁷ Mais ao norte, na Venezuela, o ditador pró-americano, general Marcos Pérez Jiménez, culpou diretamente a Nasser, um líder que considerava “um elemento muito perigoso no quadro do mundo atual”, pela crise do Suez.⁴⁸

Apesar desta oposição, o apoio ao Egito entre a esquerda evoluiu, não só como apoio a Nasser, mas também como um apelo para a emergência, na América Latina, de um membro das forças armadas que fosse capaz de duplicar seu carisma, liderança e compromisso com a justiça social e a independência nacional de interesses estrangeiros e locais. Em outras palavras, o que a América Latina precisava era da emergência, na região, de um “Nasser Latino Americano”.

44 Protesta a Comunidade Israelita Contra As Perseguições No Egito. *Jornal Israelita* (Rio de Janeiro), p.1, 23 dez. 1956.

45 Porque Israel Invadiu o Egito. *Jornal Israelita* (Rio de Janeiro), p.1, 18 nov. 1956.

46 O regime Totalitário do Coronel Nasser no Egito. *Jornal Israelita* (Rio de Janeiro), p.2, 2 out. 1957.

47 A Crise do Oriente Médio. *Jornal Israelita* (Rio de Janeiro), p.2, 11 nov. 1956.

48 *Foreign Relations of the United States (FRUS) 1955-1957*, (Washington D.C.), vol. VII, p.1148, 1987.

O congressista brasileiro e líder intelectual proeminente da esquerda, Neiva Moreira, membro fundador do Partido Democrático Trabalhista (então, o partido dos trabalhadores no Brasil), argumentou em favor de um regime Nasserista e prescreveu as condições sob as quais um regime Nasserista latino americano apareceria. Moreira argumentou que o Nasserismo podia não ser um fenômeno desconhecido na América Latina já que a região tinha sido governada pelos militares ao longo da história, sendo o governo civil a exceção. Os membros das Forças Armadas tinham sido historicamente definidos como protetores dos interesses estrangeiros e locais e guardiões do status quo social. Quando esses homens armados são os protagonistas de um processo de libertação política ou ajudam a transformar as instituições políticas antigas, eles merecem o nome de “o povo de uniforme” (*pueblo uniformado*) (Moreira, 1971, p.186). Nos tempos modernos, o surgimento de um líder desse tipo só seria possível se mais atenção fosse dada a três mudanças fundamentais nas Forças Armadas egípcias e fossem repetidas na América Latina. Moreira argumentou que, sob Nasser, as Forças Armadas egípcias romperam com o papel contrarrevolucionário que as potências coloniais tinham atribuído às instituições militares no Terceiro Mundo. Como tal, estas forças armadas romperam com seu projeto histórico porque elas tinham sido criadas ou transformadas em guardiões da imobilidade social e da ordem sócio-política subordinadas aos interesses estrangeiros e às oligarquias locais. Além disso, Nasser atribuiu às Forças Armadas egípcias a vanguarda do nacionalismo revolucionário de um povo. Por fim, o nacionalismo revolucionário tinha que ser tanto anticapitalista e voltado para um tipo especial de socialismo adaptado às realidades de uma sociedade árabe, quanto determinado a entrar em conflito com as estruturas do antigo regime (Moreira, 1971, p.199-200). A independência dos interesses estrangeiros e locais abriria um caminho para o pleno desenvolvimento sob a orientação de um líder militar com as mesmas qualidades que Gamal Abdel Nasser.

O Secretário Geral do Partido Socialista do Uruguai, Vivian Trías, levou o argumento de Moreira adiante e argumentou, desconsiderando tanto a história do Egito e da América Latina, que as Forças Armadas, se

ideologicamente fundamentadas nas ideias de Nasser, poderiam servir de veículo para conduzir as massas a um processo revolucionário. O termo “Nasserista” poderia se aplicar a qualquer funcionário que fosse “nacionalista, progressista ou inclinado em direção ao socialismo” (Trias, 1971, p.239). Com exceção do Chile, os Partidos Comunistas, em toda a América Latina, tinham sido dizimados por anos de repressão e ficou claro, na década de 1960, que um partido enfraquecido não poderia deflagrar uma revolução comunista sem o apoio das massas. Alheio ao fato de que Nasser havia perseguido e encarcerado comunistas egípcios aos milhares, vários marxistas latino-americanos viram a “Revolução Egípcia de 1952” como um modelo a imitar (Trias, 1971, p.240-254).

Na prática, a definição das fronteiras ideológicas do que o “Nasserismo” representaria na América Latina foi mais difícil do que o apelo romântico por um caudilho revolucionário emergente das Forças Armadas. Isso foi especialmente verdadeiro na década de 1970, quando alguns “novos” regimes militares, por toda América Latina, eram ou nomeados, ou se diziam ser “Nasseristas”. “Em um nível extremamente vago e teórico”, escreveu o cientista político americano Howard Wiarda, em 1972 “o termo (Nasserismo) tem sido aplicado a qualquer grupo militar cujos objetivos são uma combinação de independência radical e de reconquista da identidade nacional, do desenvolvimento nacional e do progresso social” (Wiarda, 1972, p.472). O termo também foi usado, Wiarda argumentou, para salientar o elemento “populista” desses “novos” regimes militares, seus “aspectos demagógicos” e sua conexão com uma classe média emergente na América Latina (Wiarda, 1972, p.472). O “Nasserismo” também foi usado em referência exclusivamente à realidade do Egito, como um modelo a seguir apenas em termos de suas realizações sociais, econômicas e políticas (Wiarda, 1972, p.473). Sob um olhar mais atento, além de uma linguagem que agora incluía um convite para a incorporação das massas urbanas e dos despossuídos à vida nacional e das encenações conspícuas do populismo, não havia muito “novo” em termos de comprometimento desses regimes da América Latina a uma mudança social profunda, ao desafio aos interesses estrangeiros e locais, ou a um modelo alternativo de desenvolvimento econômico

(Wiarda, 1972, p.475). Regimes diferentes entre si que emergiram no Brasil e na Argentina, até na Bolívia, no Panamá e no Peru, podem ter alguns aspectos dessas características, mas foi impossível fornecer uma definição coerente e ampla o suficiente capaz de reunir esses regimes em um conceito abrangente único. Então, era um exagero comparar algum dos líderes desses regimes com o carisma e a “estatura” de Nasser; nem poderia a maioria dos países latino-americanos ser comparado com o Egito em termos de nível de desenvolvimento, pois “a maior parte das nações latino-americanas já parece muito complexa, muito mais articulada e mobilizada, muito diferenciada e pluralista, muito avançada socialmente, economicamente e politicamente, para ser resgatada por um termo simples como o “Nasserismo”, concluiu Wiarda (Wiarda, 1972, p.476). O “Nasserismo”, o apelo por um líder dentro das Forças Armadas para atuar como um caudilho moderno, talvez tenha sido, na prática, não mais do que um pedido romântico, ainda que desesperado, por um líder ideal em tempos de repressão interna e controle externo.

Hugo Chávez, o “Soldado de Nasser”

A ideia de um caudilho “Nasserista” latino-americano desapareceu na década de 1970. A ideia de um homem forte, que viria das Forças Armadas para liderar a nação em direção a um caminho de progresso social e econômico parecia mais uma ilusão de um setor da esquerda do que uma possibilidade real. Após a morte de Nasser, em setembro de 1970, o novo líder do Egito, Anwar Al Sadat, iria alinhar seu país aos Estados Unidos e se distanciaria das políticas econômicas e sociais de Nasser. Os latino-americanos não estavam mais enxergando os países do Oriente Médio como modelos de sociedades progressistas e regimes nacionais assertivos.

Paradoxalmente, quase na virada de um novo século, justamente quando o “Nasserismo” e o nacionalismo pareciam ser fenômenos de uma era passada, um novo líder, Hugo Chávez Frias, surgiu na Venezuela e recuperou da história a imagem de um “Nasser Latino Americano”.

As cédulas, em dezembro de 1998, e não as duas rebeliões militares mal sucedidas contra o governo em 1992, catapultaram o

tenente-coronel Chávez ao poder. Seu compromisso para pôr fim às políticas neoliberais da Venezuela e dar um papel maior para o Estado na economia em favor dos pobres fez dele um alvo das elites econômicas tradicionais do país. Sua determinação para desafiar a ordem internacional, controlada por uma única superpotência, tornou-o querido para aqueles que se opõem à lógica da “guerra ao terrorismo” e da “expansão da democracia” anunciada pelos Estados Unidos. Seu compromisso com uma união anti-imperialista na América Latina lembrou a muitos de Nasser. Seu governo era um regime “Nasserista” tanto quanto “nós tínhamos um projeto social, mesmo socialista, se quiser, uma ideologia Panamericanista, que é bolivariana, e uma posição anti-imperialista” (Ramonet, Chávez, 2014, p.553 -554).

Comprometido com uma aliança das nações latino-americanas e árabes, Chávez foi um entusiasta de um renascimento tanto da OPEP, quanto das reuniões de líderes árabes e latino-americanos. Em 2005, durante a primeira Cúpula dos Estados Latino Americanos e Árabes no Brasil, Chávez lembrou o público que a maneira para construir um relacionamento forte entre os dois continentes e uma aliança estreita entre os povos do Sul seria seguir o caminho de Nasser: “Estou muito Nasserista. Eu desejava ter estado sob as ordens do meu Coronel Gamal Abdel Nasser”⁴⁹.

A imagem de Nasser seria uma constante ao longo de seus 14 anos no poder. Um opositor firme das políticas dos Estados Unidos no Oriente Médio, ele seria a única voz desafiando a invasão americana no Iraque, em 2003, a invasão do Líbano por Israel, em 2006, e sua resposta militar em Gaza, em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, e a única voz pedindo uma unidade panamericanista e árabe contra o mundo unipolar. Suas ideias foram claramente veiculadas na televisão síria, em 2009. Durante uma visita à Síria, Chávez instou os povos árabes a

49 CHÁVEZ, Hugo. Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías con motivo de la I Cumbre de la Comunidad Suramericana de Naciones y la Liga Árabe de Naciones (10 May 2005). In: *Ministerio de Comunicación e Información* (Ed.), Año del Salto Adelante (2005). Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, p.341-342, 2005.

“retomar as bandeiras do pan-arabismo, para retomar as bandeiras da unidade árabe, retomar as bandeiras da dignidade árabe. Nem um único árabe deve estar rastejando sob os interesses do império norte-americano que tem causado tantos danos ao povo árabe, nem um único latino-americano deveria estar rastejando sob os interesses do império ianque que nos causou tanto dano”.

O herdeiro de Nasser pedia uma ação: “Chega de tantas derrotas, chega de tantas divisões”.⁵⁰

CONCLUSÕES

Embora a literatura sobre a influência de Nasser no Oriente Médio e no Norte da África seja abundante, sabemos pouco sobre a sua influência na América Latina. É claro que a região estava vivendo um processo contrário àquele do Egito na década de 1950, com o colapso de regimes progressistas por força e o silenciamento das aspirações nacionalistas, como a experiência da Guatemala, de 1954. Em uma primeira abordagem, na década de 1950, parecia que a região estava totalmente desconectada dos acontecimentos do Oriente Médio. No entanto, os acontecimentos no Egito parecem provar que a região estava em sintonia com o que ocorria no Oriente Médio e que estes desenvolvimentos afetaram a articulação das demandas nacionais na região, especialmente no Panamá. A construção de uma imagem moderna do Oriente Médio, mesmo polêmica e contestada por diferentes lados, parece ter surgido tão cedo quanto a década 1950. O sucesso aparente da política externa de Nasser e seus apelos para o fim do colonialismo e da unidade dos árabes em um movimento mais amplo pelo progresso social, atraiu setores da esquerda que ignoravam a perseguição que Nasser desencadeava contra os comunistas em seu próprio país. Eles estavam convencidos de que, dada a repressão política e a falta de canais de participação democrática efetivos,

50 CHÁVEZ, Hugo, interview with Syrian Television, Syria, 6 set. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JFokRfICRU>. Acesso em 7 out. 2014.

a única maneira de alcançar o progresso social na região seria através de um caudilho parecido com Nasser. É só por causa de Nasser que a esquerda, na América Latina, começou a contemplar, pela primeira vez, a ideia de um membro das Forças Armadas dirigindo uma revolução nacionalista. A imagem desse líder, um caudilho moderno inspirado por Nasser, sobreviveu a décadas de mudanças e de transformações na América Latina. No alvorecer de um novo século, Nasser seria revivido na região, enquanto novos “soldados de Nasser” iriam desafiar tanto a ordem social, quanto o sistema internacional.

Tradução do original em inglês para o português: Clara Furtado Lins, clarafurtadolins@gmail.com

AGRADECIMENTOS

O autor gostaria de agradecer os revisores anônimos pelos comentários perspicazes, e à Editora Chefe desta revista por sua leitura meticulosa do primeiro original submetido à *Varia Historia*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEMÁN, Roberto. La presencia militar de Estados Unidos. *Enfoques*, Panamá Universidad de Panamá, Facultad de Administración Pública, n. 3, 1999.
- ARCINIEGAS, Germán. *The State of Latin America*. London: Cassell & Cia, 1953.
- ARIAS, Harmodio. *The Panama Canal: A Study in Law and Diplomacy*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2000.
- BENEDETTI, Eloy. *Tres Ensayos sobre El Canal de Panamá*. Panamá: Ministerio de Educación, 1965.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *Latin America between the Second World War and the Cold War 1944-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- ELLNER, Steve. Venezuela. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Eds.). *Latin America between the Second World War and the Cold War 1944-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.147-169.
- GOLDRICH, Daniel. *Radical Nationalism: the Political Orientations of Panamanian Law Students*. Bureau of Social and Political Research. East Lansing: Michigan State University, 1962.
- HARDING, Earl. *The Untold Story of Panama*. New York: Athene Press Inc., 1959.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Third Way: Democratization in the late Twentieth Century*. Norman: Oklahoma University Press, 1991.
- LANGLEY, Lester D. Negotiating New Treaties with Panama: 1936. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 48, n. 2, p.220-233, may 1968.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *El Coronel no tiene quien le escriba*. Madrid: Espasa, 1996.
- MOREIRA, Neiva. *El Nasserismo y la Revolución del Tercer Mundo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
- RAMONET, Ignacio; CHÁVEZ, Hugo. *Mi Primera Vida*. New York: Vintage Español, 2014.
- ROYO SÁNCHEZ, Aristides. *Las Negociaciones con los Estados Unidos sobre el canal de Panamá*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1979.
- SAENZ, Vicente. Los Canales Internacionales. *Cuadernos Americanos*, vol. 16, p.7-19, 1957.
- TACK, Juan Antonio. *El Canal de Panamá: Introducción, notas y coordinación de Juan Antonio Tack*. Panamá: Universidad de Panamá: Editorial Universitaria Carlos Manuel Gasteazoro: Instituto del Canal de la Universidad de Panamá, 1999.
- TRIAS, Vivian. *Marxismo y Caudillismo*. In: MOREIRA, Neiva. *El Nasserismo y la Revolución del Tercer Mundo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971. p.221-254.
- WIARDA, Howard J. The Latin American Development Process and the New Developmental Alternatives: Military 'Nasserism' and 'Dictatorship with Popular Support. *The Western Political Quarterly*, vol. 25, n.3, p.464-490, set. 1972.